

MAPEAMENTO DAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS SOBRE OS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA PUBLICADAS NA ANPED E CAPES, NO PERÍODO DE 2005 A 2015

Eliane Cristina Gualberto Melo Mineiro

Instituto Federal do Norte de Minas Gerais-IFNMG
elianecgmelo@yahoo.com.br

Frederico Antonio Mineiro Lopes

Instituto Federal do Norte de Minas Gerais-IFNMG
fredericomineiro@ufmg.br

Sheila Cristina Furtado Sales

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB
scfsales@gmail.com

Resumo: Realiza-se neste trabalho uma sistematização das produções acadêmicas que versam sobre os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no contexto da Educação Profissional e Tecnológica, estudo tal denominado estado da arte. A finalidade desse estudo é verificar o contingente de produções apresentadas em eventos, publicações em periódicos, bem como dissertações de mestrado e teses de doutorado defendidas no Brasil sobre a referida temática, com o recorte temporal no período de 2005 a 2015. Em 29 de dezembro de 2008, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei nº 11.892/08, que criou 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. A mencionada lei instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no âmbito do sistema federal de ensino, vinculada ao Ministério da Educação. Utilizamos como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica e documental por meio da análise das produções acadêmicas e científicas selecionadas nos anais das reuniões científicas da Anped, nos periódicos credenciados no portal da Capes, bem como Banco de dissertações e teses da Capes. As produções acadêmicas apresentadas nesse estado da arte sobre os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia evidenciam que se refere a uma temática recente em virtude de sua institucionalização, o que abre novas possibilidades de pesquisa, considerando as lacunas detectadas.

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica. Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Introdução

O ensino profissional existe no Brasil desde o período colonial, no qual os primeiros núcleos de formação profissional, providos pelos jesuítas, formavam artesãos e pessoas para exercerem demais ofícios. Ao longo da história, o ensino brasileiro passou por profundas mudanças, desde o período colonial, passando pelo Império e intensificado no período republicano, retratando as estratégias das políticas públicas no campo educacional.

A Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, segundo o Ministério da Educação e Cultura (MEC), bem como a sua evolução histórica¹, teve seus marcos regulatórios iniciais traçados a partir do ano de 1909, pelo Decreto nº 7.566 assinado pelo Presidente Nilo Peçanha, criando 19 “Escolas de Aprendizes Artífices”. Embora as políticas públicas, inicialmente, eram desenvolvidas com a oferta do ensino profissional para os menos favorecidos, atualmente percebem-se grandes investimentos na área profissional ampliando o acesso ao ensino científico e tecnológico, em prol do desenvolvimento do país.

Neste contexto, a educação profissional, preconizada no artigo 6º da Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), otimiza as chances de capacitação profissional e empregabilidade, em diversos campos e níveis de atuação, não se limitando à formação de técnicos de nível médio, sendo um fator de mudança para os educandos através dos conhecimentos, habilidades e atitudes.

Em 2008, o governo federal sancionou a Lei nº 11.892/08, que criou 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, com a finalidade de ofertar educação profissional e tecnológica em todos os níveis e modalidades e promover a integração e a verticalização da educação profissional, desde a educação básica até a educação superior (Brasil, 2008). Em 2009 a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica comemorou seu centenário, diante de uma história que demonstra avanços no contexto da educação profissional e que vivenciou uma expansão no que tange às políticas públicas voltadas para a valorização educacional.

¹ Linha do Tempo da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, bem como sua evolução histórica. Disponível em: <http://redefederal.mec.gov.br/imagens/pdf/linha_tempo_11042016.pdf>.

Diante da relevância desta temática, o objetivo deste artigo é sistematizar, por meio do Estado da Arte, as produções acadêmicas que versam sobre os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no contexto da Educação Profissional e Tecnológica. Para tanto, este levantamento fundamenta-se na verificação do contingente de produções apresentadas em eventos, publicações em periódicos, bem como dissertações de mestrado e teses de doutorado defendidas no Brasil sobre a referida temática, com o recorte temporal no período de 2005 a 2015. Embora os Institutos Federais tenham sido criados em 2008, a opção por proceder ao levantamento a partir de 2005 justifica-se por ter ocorrido, neste ano, a primeira fase do plano de expansão da Rede Federal de educação profissional e tecnológica, durante o primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Conforme o histórico da educação profissional, disponibilizado pelo Ministério da Educação (MEC), “em 2005, com a publicação da Lei 11.195, ocorre o lançamento da primeira fase do plano de expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica, com a construção de 64 novas unidades de ensino” (BRASIL, 2015).

Utilizamos como procedimento metodológico o levantamento bibliográfico dessas produções, característica das pesquisas denominadas Estado da Arte que, segundo Ferreira (2002), possui:

caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado. (FERREIRA, 2002, p. 258).

Pesquisas dessa natureza justificam-se por fornecer um mapeamento das produções acadêmicas em uma determinada área do conhecimento, proporcionando a análise desses estudos, categorizando-os por períodos, temas e locais de produção, identificando os caminhos que esses estudos vêm tomando, além de constatar as lacunas ainda existentes sobre o objeto de estudo do pesquisador revelando novas perspectivas de produções acadêmicas na área de sua pretensão, preenchendo as referidas lacunas.

Para a construção deste estado da arte, utilizamos como fontes de referências as produções acadêmicas publicadas nos anais das reuniões científicas da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), os periódicos credenciados e disponibilizados no

site da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), além das dissertações de mestrado e teses de doutorados disponibilizados no banco de teses e dissertações da Capes. A categoria central desse estudo são os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Além dessa introdução e das considerações finais, este trabalho está estruturado em três seções. A primeira seção apresenta os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia por meio de breves considerações, amparadas pela legislação de criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. A segunda seção discute o conceito de Estado da Arte, bem como os procedimentos de busca utilizados para a construção deste artigo, com vistas à identificação das produções, análises e categorização que permitem revelar os múltiplos enfoques e perspectivas. A terceira seção apresenta e discute os resultados obtidos nessa pesquisa.

Breves considerações sobre os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

Os Institutos Federais são instrumentos de política pública do Governo Federal em que estabelecem, em seu planejamento educacional, estratégias que visam ao desenvolvimento dos jovens para uma inserção cidadã na vida social e no mundo do trabalho, contribuindo para a elevação de escolaridade dos trabalhadores, bem como inovando e diversificando os currículos escolares, promovendo acesso dos estudantes ao conhecimento científico, às artes, à cultura e ao trabalho. Além disso, a Educação Profissional articula-se com políticas, programas e ações do Governo em prol do desenvolvimento socioeconômico, ambiental e de geração de trabalho, emprego e renda, na perspectiva da inclusão.

A lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, sancionada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. A referida lei criou os 38 (trinta e oito) Institutos com a finalidade de ofertar educação profissional e tecnológica em todos os níveis e modalidades. Visa, ainda, a promover a integração e a verticalização da educação profissional, desde a educação básica até a educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão.

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no âmbito do sistema federal de ensino, vinculada ao Ministério da Educação, é constituída pelas seguintes instituições: Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – Institutos Federais; Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR; Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET-RJ e de Minas Gerais – CEFET-MG; Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais. (Brasil, 2008). Conforme prevê o artigo 2º da referida lei:

Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas. (BRASIL, 2008).

Para Pacheco (2011, p.16), “a implantação dos Institutos Federais está relacionada ao conjunto de políticas em curso para a educação profissional e tecnológica”. Nessa perspectiva, os Institutos Federais atuam em cursos técnicos, licenciaturas e graduações tecnológicas, podendo ainda disponibilizar especializações, mestrados e doutorados voltados principalmente para a pesquisa aplicada de inovação tecnológica. Essa organização pedagógica verticalizada, da educação básica a superior, é um dos fundamentos dos Institutos Federais. Desse modo, Pacheco (2011) afirma que:

A criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia dá visibilidade a uma convergência de fatores que traduzem a compreensão do atual governo quanto ao papel da educação profissional e tecnológica no contexto social do Brasil e deve ser reconhecida como ação concreta das atuais políticas para a educação brasileira. Esta compreensão considera a educação profissional e tecnológica estratégica não apenas como elemento contribuinte para o desenvolvimento econômico e tecnológico nacional, mas também como fator para fortalecimento do processo de inserção cidadã de milhões de brasileiros. (PACHECO, 2011, p. 17).

Em relação à distribuição dos Institutos Federais no Brasil, foram criados 38 Institutos Federais presentes em todos os Estados do país, ofertando cursos de ensino médio integrado ao técnico, cursos superiores de tecnologia e licenciatura, além de cursos de qualificação, contribuindo para o desenvolvimento local e regional onde se instalam.

O Estado da Arte

Esse tipo de pesquisa denominada estado da arte é pertinente, uma vez que possibilita a constatação dos estudos que vêm sendo realizados em uma temática e quais aspectos estão sendo abordados em detrimento de outros. Dada sua importância para o campo de investigação, Romanowski e Ens (2006), ressaltam que:

Estados da arte podem significar uma contribuição importante na constituição do campo teórico de uma área de conhecimento, pois procuram identificar os aportes significativos da construção da teoria e prática pedagógica, apontar as restrições sobre o campo em que se move a pesquisa, as suas lacunas de disseminação, identificar experiências inovadoras investigadas que apontem alternativas de solução para os problemas da prática e reconhecer as contribuições da pesquisa na constituição de propostas na área focalizada. (ROMANOWSKI; ENS, 2006, p.39).

Desse modo, o estado da arte tem por objetivo realizar levantamentos sobre um determinado assunto por meio de pesquisas realizadas em uma determinada área de conhecimento. As autoras argumentam ainda que o estado da arte não se restringe a identificação das produções, mas analisá-las, categorizá-las e revelar os múltiplos enfoques e perspectivas (ROMANOWSKI; ENS, 2006).

A elaboração deste mapeamento foi realizada por meio de levantamento bibliográfico, com o recorte temporal de 2005 a 2015. A busca dessas produções foi realizada em dois bancos de dados: Anped e Portal da Capes. A escolha pelos trabalhos publicados nessas duas fontes justificase em virtude da relevância e credibilidade nacional de ambas nas produções científicas no contexto educacional.

Com o intuito de buscar estudos similares referentes à temática, optou-se por proceder a esse levantamento por meio de três descritores: a) Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia; b) Educação Profissional e Tecnológica; c) Políticas Públicas para a Educação Profissional. A opção por esses descritores se deu com o intuito de realizar um levantamento para

a construção de um panorama geral das produções acadêmicas relativas ao nosso objeto de estudo e, posteriormente, analisar esses estudos com base nos objetivos delineados.

Ressalta-se que os trabalhos publicados na Anped são aglutinados em Grupos de Trabalho (GTs) temáticos. São 23 GTs que abordam as mais diversas pesquisas nas áreas de conhecimento especializadas. Dessa maneira, os trabalhos publicados na Anped foram localizados na página dessa Associação em três Grupos de Trabalho: GT 05 (Estado e Política Educacional), GT 09 (Trabalho e Educação) e GT 11 (Política de Educação Superior).

Além disso, foram pesquisadas as seguintes reuniões: 28ª Reunião Anual (2005), 29ª Reunião Anual (2006), 30ª Reunião Anual (2007), 31ª Reunião Anual (2008), 32ª Reunião Anual (2009), 33ª Reunião Anual (2010), 34ª Reunião Anual (2011), 35ª Reunião Anual (2012) e 36ª Reunião Nacional (2013). Cabe esclarecer que a Anped realizava Reuniões Anuais até 2012 (35ª Reunião), momento em que houve uma mudança estatutária ocorrida em Assembleia específica em outubro de 2012. A partir da 36ª Reunião Nacional (2013), a Anped passou a realizar suas reuniões nacionais a cada dois anos, intercalada pela realização das reuniões regionais.

Resultados das pesquisas: o que revelam os estudos

Diante da relevância da temática sobre educação profissional e tecnológica em que os Institutos Federais estão inseridos, apresentamos os resultados do levantamento das pesquisas das produções acadêmicas que tratam dessas instituições de ensino, para a construção desse trabalho denominado estado da arte.

A busca dos trabalhos publicados nos periódicos que estão credenciados no portal da Capes, bem como no seu banco de dissertações e teses, deu-se por meio dos descritores mencionados. Na busca nas Reuniões da Anped foram encontrados um total de 11 trabalhos. Em relação ao portal de periódicos da Capes, localizamos 08 publicações distribuídas entre quatro periódicos. Já no Banco de dissertações de mestrado e teses de doutorado da Capes foram localizados 12 trabalhos ao total, sendo 8 dissertações e 4 teses. Ao todo foram localizadas 31 produções que versam especificamente sobre a temática da educação profissional e tecnológica, sobretudo sobre os Institutos Federais.

É pertinente esclarecer ainda que em todas as buscas foram localizados inúmeros trabalhos relacionados aos Institutos Federais, entretanto abordando programas ou temas muito específicos desenvolvidos dentro dessas instituições, tais como Programa Nacional de acesso à escola técnica (Pronatec), educação de jovens e adultos (Proeja), educação a distância (EaD), assistência estudantil, psicologia, trabalho docente, financiamento da educação profissional, agricultura, agropecuária, dentre outros. Após a leitura dos títulos e dos resumos desses itens selecionados, tais trabalhos foram desconsiderados para esse “estado da arte” por não se tratar especificamente do objeto aqui almejado. Assim, constituímos um acervo com 31 produções científicas que passaram a ser lidas e interpretadas conforme os objetivos dessa investigação. A tabela a seguir representa o quantitativo de trabalhos publicados selecionados para esta pesquisa em sua totalidade.

Tabela 01: Quantitativo de publicações selecionadas

Associação/Instituição	Publicações
ANPED	11
PERIÓDICOS	08
DISSERTAÇÃO E TESE	12
Total	31

Fonte: Elaborada pelos autores

As onze produções científicas selecionadas nas reuniões da Anped, no recorte temporal entre 2005 a 2015, estão distribuídas da seguinte forma: duas produções na 36^a Reunião, uma na 35^a Reunião, quatro na 34^a Reunião, duas na 33^a Reunião, uma na 30^a Reunião, e uma na 28^a Reunião. Não foram localizados trabalhos nas 32^a, 31^a e 29^a Reuniões referente à temática pesquisada.

Em relação ao conteúdo dessas produções, os textos abordam mudanças que vêm ocorrendo na educação profissional do Brasil, além de uma análise dos Institutos Federais, desde a sua criação, sua expansão pelo território brasileiro, assim como os impactos ocasionados no eixo produtivo e na sociedade como um todo relacionado a este novo modelo de educação tecnológica.

Percebe-se, pelas leituras e interpretações dessas obras, que as políticas e diretrizes propostas pelos Institutos Federais vão ao encontro de novas perspectivas da inserção de seus estudantes no mundo profissional. Valoriza-se a qualificação profissional, em suas diversas vertentes, entretanto, ressalta a formação holística do cidadão para além do tecnicismo, a fim de transformar a realidade socioeconômica em que atuam.

As produções selecionadas nos periódicos do portal da Capes, na temática da educação profissional e tecnológica e Institutos Federais, totalizam um quantitativo de somente 08 trabalhos. Após a análise dos referidos textos, averiguamos que a maioria volta-se para a educação profissional em seu contexto abrangente, ou seja, trata-se de políticas públicas do ensino superior tecnológico, sendo uma minoria referente aos Institutos Federais em si.

Após análise de todas essas produções, constatamos somente três artigos que versam diretamente sobre os Institutos Federais, embora sejam tratadas questões diversas. São eles: “Educação para a sustentabilidade: a construção de caminhos no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS)” (PALMA; ALVES; SILVA, 2013); “Gestão de pessoas em um Instituto Federal de educação, ciência e tecnologia” (JACOBSEN *et al*, 2012) e “Expansão do Instituto Federal de Santa Catarina: a implantação do campus Garopaba e sua relação com o mercado” (MONDO, 2011)

Mesmo assim, são temas que tratam de uma especificidade desenvolvida ou analisada dentro dessas instituições, como, por exemplo, a educação para a sustentabilidade; mecanismos de relacionamento e comunicação entre a instituição e a sociedade; e o estudo sobre gestão de pessoas.

Diante desses resultados encontrados, percebemos que há poucas produções publicadas nos periódicos sobre os Institutos Federais em sua essência, o que vislumbra-se uma possibilidade de lacuna a ser preenchida, sendo um campo muito fértil e que necessita de maiores pesquisas nessa área específica.

Em relação às dissertações de mestrado selecionadas, foi localizado um quantitativo de oito produções, enquanto que as teses de doutorado, quatro produções. A maior concentração das dissertações foi desenvolvida na Universidade de Brasília (6 produções), sendo que tanto a Universidade Estadual de Campinas quanto a Universidade Federal do Rio Grande do Sul produziram uma dissertação cada. Em relação às teses, duas produções foram localizadas na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) foram localizadas duas produções, uma em cada universidade. Tais resultados apontam para uma concentração nas regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste do Brasil, o que evidencia uma lacuna de produções acadêmicas nas outras regiões do país, sendo, portanto, uma oportunidade para que novos trabalhos sejam produzidos sobre os Institutos Federais, uma vez que tais instituições estão presentes em todas as regiões do Brasil.

A seguir apresentaremos uma dissertação de mestrado e uma tese de doutorado, obtidas no Banco da Capes, que foram escolhidas, para análise, considerando o objetivo das pesquisas, as metodologias utilizadas, bem como os principais resultados obtidos.

Desse modo, selecionamos a dissertação de mestrado da autora Luciana Bastos Matos, intitulada “O crescimento do Instituto Federal de Brasília com interesse no progresso da pesquisa tecnológica institucional”, defendida no ano de 2014 na Universidade de Brasília (UnB). A escolha por essa obra, para análise, justifica-se por se tratar de uma produção acadêmica relevante, assim como por mais se identificar com a temática do presente estudo.

A referida pesquisa tem por objetivo analisar o processo de construção histórica do Instituto Federal de Brasília (IFB) na perspectiva do processo de evolução organizacional, ideologia política, crescimento, cumprimento da missão institucional e interpretação analítica da pesquisa tecnológica desenvolvida. Os resultados dessa pesquisa, segundo Matos (2014) apontam que:

o IFB é uma instituição recém-criada, mas que já apresenta avanços em direção à pesquisa tecnológica, com vistas a investir na Inovação Tecnológica e na troca de saberes advindos das diversas pesquisas realizadas quase que na totalidade de seus campi. A pesquisa no IFB está consolidada, restam apenas dois desafios a serem superados: aprimorar a gestão do conhecimento

produzido na instituição e articular o desenvolvimento da pesquisa tecnológica com os anseios dos arranjos produtivos locais. (MATOS, 2014, p.85).

Desse modo, a autora assevera que o desenvolvimento desse trabalho conduziu a considerações importantes sobre a inovação tecnológica do IFB em virtude das ações em direção à sua consolidação.

Em relação à tese, selecionamos a produção de autoria de Vicente Zatti, de 2012, sob o título de “Educação técnico-científica emancipatória nos IFETs: um olhar através de Habermas e Freire”. Neste trabalho, o autor apresentou a concepção de educação técnico-científica emancipatória, que se estabelece através da complementaridade dos conceitos racionalidade dialógica e racionalidade comunicativa. Aponta ainda para uma educação que supera o estreitamento da razão à sua dimensão instrumental promovida pelo positivismo e tecnocracia. Nesse sentido, conclui que a “educação técnico-científica emancipatória não se restringe à capacitação técnica, envolve formação mais ampla que possibilite uma relação intelectual com o conhecimento e prepare para a vida em suas múltiplas dimensões” (ZATTI, 2012, p.189).

Considerações finais

As produções acadêmicas apresentadas neste mapeamento sobre os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia evidenciam que se refere a uma temática recente em virtude de sua institucionalização e com isso constatou-se que o número de trabalhos ainda é pequeno, sendo um total de 31 produções localizadas, no período de 2005 a 2015. Esse fato demonstra que existe uma lacuna a ser preenchida no sentido de se produzirem novas pesquisas que versem sobre essas instituições, uma vez que se trata de tema de abrangência nacional.

Outra constatação refere-se à distribuição das produções acadêmicas pelo país. Ficou comprovado que há uma maior concentração nas regiões do Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Nesse sentido, é pertinente estimular a realização de pesquisas nas demais regiões, abarcando, desse modo, todo o território nacional, contribuindo, também, para a construção de políticas públicas sobre a educação profissional e tecnológica. É relevante ressaltar que as fontes das publicações para esta pesquisa advêm das produções publicadas nas reuniões da Anped, nos periódicos credenciados no portal da Capes e no banco de dissertações e teses da Capes.

Por fim, salientamos que as informações produzidas neste estado da arte sobre a temática da Educação Profissional e Tecnológica, em que os Institutos Federais estão inseridos, são relevantes para se diagnosticar o que se tem pesquisado sobre essas instituições, como elas se apresentam diante do contexto atual, bem como proporcionar aos pesquisadores um maior conhecimento da abrangência da mesma. Servem ainda para evidenciar a necessidade de se realizar um estudo voltado para os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia abrindo novas possibilidades de pesquisa, considerando as lacunas detectadas.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <www.planalto.gov.br> Acesso em: 21 de julho de 2015.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm Acesso em: 20 de julho de 2015.

_____. **Lei n.º 11.195, de 18 de novembro de 2005**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11195.htm>. Acesso em: 30 nov. 2015.

_____. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências**. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm. Acesso em: 22 de julho de 2015.

_____. Ministério da Educação. **Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Ciência e Tecnológica**. 2015. Disponível em: <http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>. Acesso em: 20 de setembro de 2015.

_____. Ministério da Educação. **Histórico da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. Disponível em: <<http://redefederal.mec.gov.br/historico>> Acesso em: 20 dez. 2015.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. **As pesquisas denominadas “estado da arte”**. Revista Educação & Sociedade, Campinas, n. 79, p. 257-272, Ago, 2002.

JACOBSEN, Alessandra de Linhares; CERQUEIRA, Raquel Lilian Barbi de, LIOTTO, Melissa; ALMEIDA, Simone Marques de; PEREIRA, Mércia; SILVA, José Marcos da. Gestão de pessoas em um Instituto Federal de educação, ciência e tecnologia. **Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL**, v. 5, p. 129-157, 2012.

MATOS, L.B. **O crescimento do Instituto Federal de Brasília com interesse no progresso da pesquisa tecnológica institucional**. 2014. 105 f.: il. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Faculdade de Educação, 2014.

MONDO, Tiago Savi. Expansão do Instituto Federal de Santa Catarina: a implantação do campus Garopaba e sua relação com o mercado. **Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL**, v. 4, p. 213-227, 2011.

PACHECO, Eliezer. **Os Institutos Federais uma revolução na educação profissional e tecnológica**. São Paulo, Moderna, 2011.

PALMA, Lisiane Célia; ALVES, Nilo Barcelos; SILVA, Tânia Nunes da. Educação para a sustentabilidade: a construção de caminhos no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS). **Revista de Administração Mackenzie**, v. 14, p. 83-118, 2013.

ROMANOWSKI, J.; ENS, R. **As pesquisas denominadas do tipo “Estado da Arte” em Educação**. Diálogo Educacional, Curitiba, v.6, n. 19, p. 37-50, set./dez. 2006.

ZATTI, V. **Educação técnico-científica emancipatória nos IFETs: um olhar através de Habermas e Freire**. 2012. 209 f. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós- Graduação em Educação, Porto Alegre,RS, 2012.